

## O EMPREGO DE VÍRGULA COMO UM RECURSO DISCURSIVO NA ESCRITA DO PORTUGUÊS CLÁSSICO\*

CYNTHIA YANO<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo compreender melhor o funcionamento do sistema de pontuação do português, do século XVI ao XIX, focalizando o emprego de vírgula antes de orações completivas verbais. A escolha desse contexto de uso da vírgula não foi fortuita e se deu pela variação no uso do sinal observada em textos literários escritos e publicados na época, e pela dificuldade dos gramáticos, até o início do século XVIII, em definir a distinção entre as orações completivas e relativas e, portanto, o uso da vírgula nesses tipos de construções também.

Para tanto, foi selecionado um *corpus* composto por 14 textos de autores portugueses nascidos no mesmo período, do século XVI ao XIX. E, após a análise dos dados, observou-se que a maioria das orações tinha como regente um verbo do tipo *dicendi*, ou de pensamento, típicos de discurso relatado. Isso levou à hipótese de que a vírgula possuía uma função a mais, de introduzir discurso relatado - além das já descritas pelos gramáticos -, corroborada pelo fato de, nos mesmos textos, haver ocorrências com dois pontos, já descritos como tendo a função primeira de introduzir citações, precedidos pelos mesmos verbos. Além de introduzir relato, o uso de vírgula nos textos quincentistas, embora à primeira vista pareça aleatório, poderia ser motivado pela presença ou não de um elemento interpolado, como um sujeito ou uma oração, seguindo o verbo.

Ademais, notou-se que, a partir do século XVIII, há uma queda progressiva na porcentagem de ocorrências com orações completivas precedidas por vírgula, quando tal uso não-convencional da vírgula teria caído em desuso. Ou seja, apesar do que as gramáticas da época mostram e alguns estudos, como o de Rocha (1997), afirmam, o modo de empregar a vírgula teria sofrido modificações desde a primeira metade do século XVIII.

**Palavras-chave:** vírgula, discurso relatado, oração completiva.

**ABSTRACT:** This study aims to gain a better understanding of how the punctuation system of Portuguese worked from 16th to 19th centuries, focusing on the analysis of the use of comma before completive clauses selected by verb. This context of use of comma was chosen for two reasons: variation in the use of comma in literary texts written and published in the same period of time, and the difficulty the grammarians had in defining the differences between completive and relative clauses and, therefore, the use of the comma in these contexts.

Therefore, it was selected a *corpus* of 14 texts written by Portuguese authors born in the same period, from 16th to 19th centuries. After analyzing the data, it was observed that the regent verbs of most clauses was a verb of discourse, or thought, typical of reported speech. That led to the hypothesis that the comma had one more function, to introduce a reported speech - in addition to the ones already described by grammarians -, corroborated by the fact that in the same texts there are instances with colon, whose main function was already to introduce quotations in written texts, preceded by the same verbs. Besides introducing a speech, although the use of comma in the sixteenth century texts at first glance may seem random, it could be motivated by the presence or absence of an interpolated element, a subject or a clause, following the verb.

---

\* Agradeço ao CNPq (Processo 131111/2010-8) e o Projeto Tycho Brahe (<http://www.tycho.iel.unicamp.br/hotsite/index.html>) pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho.

<sup>1</sup> [ctyano@gmail.com](mailto:ctyano@gmail.com)

Furthermore, it was noted that the percentage of occurrences with completive clauses preceded by comma declines progressively from the eighteenth century onwards, when such non-conventional use of comma would have fallen into disuse. Despite what the grammarians and some studies, such as Rocha (1997), say, the use of comma would have modified since the first half of the 18th century.

**Keywords:** comma, reported speech, completive clause.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos estudos linguísticos sobre o português, ainda são poucos os estudos que têm como enfoque a pontuação e que se preocupam em descrever e explicar o funcionamento dos sinais no decorrer da história da língua. A maior parte se concentra apenas na análise de textos do português medieval, do século XIII ao século XV (cf. FERREIRA, 2001; MACHADO FILHO, 2004; MATTOS E SILVA, 1992), sendo raros os que se debruçam sobre o período do português clássico, do século XVI ao século XVIII.

Além de ser pouco abordado, o período clássico se mostra interessante também por ser marcado por mudanças significativas no sistema de pontuação e nas regras de uso dos sinais, bem como na sintaxe e na fonologia do português.

Desse modo, tomando como recorte o sinal da vírgula, este artigo pretende apresentar um estudo sobre o emprego de vírgula antes de orações completivas verbais, como no exemplo em (1), abaixo, na escrita de textos do século XVI ao século XIX, buscando tentar compreender as motivações por trás de tal uso não-convencional, e a periodização da mudança do uso do sinal.

(1) e por mim lhe **peça**, que cá me dê uma fáiſca, que bem necessária é.

Conforme será explicitado adiante, observou-se que nos textos analisados os verbos regentes eram, na sua maioria, do tipo discursivo, como, por exemplo, “dizer”, “pedir”, “afirmar”, “ordenar”. Assim, foi explorada a hipótese de que a vírgula possuía uma função a mais de demarcar e introduzir discurso relatado - ainda que fosse desconhecida ou ignorada por grande parte dos tratados de ortografia e pelas gramáticas normativas da época, não sendo encontrada neles exemplificação ou descrição deste uso -, o que parece se sustentar por alguns fatores, como, por exemplo, a semelhança com o uso dos dois pontos, já descrito como introdutor de citações. Tal função, porém, parece ter se perdido a partir do século XVIII, com a função prosódica do sistema de pontuação passando a ser menos predominante em relação à função sintático-semântica, e, com isso e com o surgimento de novos sinais, como o travessão, a mudança no modo de representar o discurso relatado na escrita.

Este artigo se organiza do seguinte modo: na seção 2. serão descritos o *corpus* e a metodologia de coleta e organização dos dados; na seção 3. serão apresentadas algumas considerações sobre o tratamento dado pelas gramáticas portuguesas da época sobre o sistema de pontuação e o uso de vírgula, particularmente, e sobre a teoria do discurso relatado; na seção 4. serão discutidos os resultados da análise dos dados, com o apoio dos pressupostos teóricos apresentados anteriormente; e, por fim, na seção 5. será feito um apanhado geral dos resultados obtidos.

## 2. METODOLOGIA

Primeiramente, para o *corpus* foram selecionados 14 textos literários escritos por autores nascidos entre os séculos XVI e XIX<sup>2</sup> - período referente ao português clássico -, transcritos e modernizados de textos-fonte originais ou já editados - apenas no que diz respeito à ortografia das palavras, sendo a sintaxe e a pontuação mantidas intactas<sup>3</sup> -, retirados do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*<sup>4</sup>.

Título	Autor	Ano	Número de palavras
História da Província de Santa Cruz	Pero Magalhães de Gândavo	1502	22.944
Peregrinação	Fernão Mendes Pinto	1510	47.580
Décadas	Diogo do Couto	1542	47.605
A vida de Frei Bertolamenu do Mártires	Luis de Sousa	1556	53.986
Gazeta, em que relatam as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes no mês de novembro de 1641	Manuel de Galhegos	1597	28.839
Sermões	Padre António Vieira	1608	53.855
Relação da Vida e Morte da Serva de Deos a Venerável Madre Elenna da Crus	Maria do Céu	1658	27.419
Vida do apostólico Padre António Vieira	André de Barros	1675	52.055
Cartas familiares	Cavaleiro de Oliveira	1702	51.234
Reflexões sobre a vaidade dos homens	Matias Aires	1705	56.479
Cartas e Outros Escritos	Marquesa de Alorna	1750	49.900

<sup>2</sup> É importante apontar que foram consideradas aqui as datas de nascimento dos autores e não as datas de publicação dos textos, pois, muitas vezes, sendo os textos bastante antigos, a data de nascimento é o único dado temporal em que se pode confiar, e, pois, nos estudos gerativistas de mudança gramatical, acredita-se que a gramática emerge no processo de aquisição das línguas naturais, e, portanto, acredita-se que o uso da vírgula pelos autores na escrita seria um reflexo da sintaxe e da prosódia de suas gramáticas. (cf. GALVES, C., BRITTO, H. & PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; 2006)

<sup>3</sup> É importante apontar que, durante a seleção do *corpus*, tomou-se o cuidado de verificar se os textos, quando transcritos de textos-fonte editados, não tiveram a sua pontuação modernizada pelo editor, o que poderia comprometer os dados e, com isso, a análise.

<sup>4</sup> O *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, desenvolvido junto ao projeto temático *Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros & Mudança Linguística*, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Charlotte M. C. Galves (IEL/UNICAMP), é um *corpus* eletrônico anotado, composto de textos em português escritos por autores nascidos entre 1380 e 1881. Atualmente, 73 textos (3.065.206 palavras) estão disponíveis para pesquisa livre, com um sistema de anotação linguística em duas etapas: anotação morfológica (aplicada em 39 textos), e anotação sintática (aplicada em 25 textos). ([www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html))

Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna	Marquês de Fronteira e d'Alorna	1802	54.588
Maria Moisés	Camilo Castelo Branco	1825	24.265
Cartas a Emília	Ramalho Ortigão	1836	32.441
			<b>Total:</b> 603.190

Quanto à coleta dos dados, levando-se em conta o objetivo deste estudo de analisar o emprego de vírgula antes de orações completivas verbais, foram realizados dois tipos de buscas, com o auxílio da ferramenta *Corpus Search*<sup>5</sup>:

a. as sentenças que continham uma oração completiva verbal regida por um verbo discursivo e imediatamente precedida por vírgula.

Exemplo: Estrabão **nega**, que as Amazonas fosse uma nação, que existisse nunca.

a. as sentenças que continham uma oração completiva verbal regida por um verbo discursivo e não precedida por vírgula, para fins comparativos.

Exemplo: **respondeu que**, apenas dera pela falta do berço, caíra como morta, (...)

Posteriormente, os dados, com e sem vírgula, foram classificados de acordo com a presença ou não de um elemento interpolado entre o verbo e a oração completiva, tendo sido encontrados 9 tipos de construções. Não foi levado em conta para a classificação se o complementizador *que* estava ou não realizado.

- Com o verbo contíguo à oração completiva.
- Com sujeito entre o verbo e a oração completiva.
- Com complemento entre o verbo e a oração completiva.
- Com vocativo entre o verbo e a oração completiva.
- Com adjunto entre o verbo e a oração completiva.
- Com aposto ou uma oração parentética entre o verbo e a oração completiva.
- Com oração comparativa entre o verbo e a oração completiva.
- Com sujeito seguido de oração relativa<sup>6</sup> entre o verbo e a oração completiva.
- Com sujeito seguido de complemento entre o verbo e a oração completiva.

<sup>5</sup> A ferramenta *Corpus Search* foi desenvolvida por Beth Randall, como parte de um projeto coordenado pelo Prof. Anthony Kroch (Universidade da Pensilvânia), com a finalidade de se poder construir um extenso *corpus* de textos em língua inglesa anotados sintaticamente e fazer buscas e obter dados lexicais, sintáticos e estatísticos nos textos anotados. (<http://corpussearch.sourceforge.net>)

<sup>6</sup> É importante esclarecer que não foi ignorado o fato de que em algumas das ocorrências encontradas a oração relativa podia ser do tipo restritiva, a qual não deve ser isolada por vírgulas segundo a norma gramatical. No entanto, devido a ambiguidades, foi difícil classificar tais orações com certeza e, portanto, optou-se por generalizar a classificação e tratar todos os casos da análise apenas como relativas.

### 3. ESCOPO TEÓRICO

#### 3.1. A visão das gramáticas normativas sobre o uso de vírgula

Nesta seção serão apresentadas definições sobre o sistema de pontuação do português e regras de uso de vírgula presentes em alguns tratados de ortografia e gramáticas publicados entre os séculos XVI e XIX.

Nas primeiras gramáticas portuguesas, de João de Barros (1540) e de Pero Magalhães de Gândavo (1574), observa-se que, no século XVI, os conceitos ainda eram bastante calcados na tradição da retórica latina. Isto é, ainda que a função sintático-semântica da pontuação já fosse delineada, servindo a pontuação para marcar quando o sentido está ou não “completo”, a função prosódica ainda era a mais predominante, sendo a vírgula definida como um sinal para marcar pausas para auxiliar o leitor na respiração e na interpretação correta do texto escrito.

Já no século XVII, Ferreira de Véra (1631) e Barreto (1671) continuam a tratar a escrita primariamente como uma representação da fala e, portanto, a afirmar que a pontuação deve marcar as pausas para respiração, contribuindo para a melhor compreensão dos textos. Quanto às regras de uso dos sinais, porém, elas passam a ser mais detalhadas, a vírgula, especificamente, devendo ser empregada: (a) em enumerações (Exemplo: “*Tres males ha, o mar, o fogo, a mulher*”), (b) depois de verbos com os seus casos (Exemplo: “*Quem ama a Deos, ama ao proximo*”), e (c) depois de conjunções e antes de relativos (Exemplo: “*A ruim arvore se chega, & rrima, o que se estribana Fortuna*”).

É interessante apontar que, embora os gramáticos fossem categóricos sobre as regras de uso dos sinais de pontuação - as definições e os exemplos sendo, na sua maioria, bastante repetitivos nas gramáticas -, é notável que, na época, o uso propriamente dito na escrita não era tão bem definido. Não há como saber se foi um “erro” do próprio autor, mas no seu tratado *Ortografia da lingua Portuguesa*, por exemplo, Barreto, por vezes, emprega o ponto final e o ponto e vírgula com os valores de vírgula e dois pontos, respectivamente (Exemplo: “*As [letras] minusculas, ou pequenas. a.b.c.d.e.f.g.h.i.k.l m. n.o.p.q.r.f.t.u.x.y.z. Nomeãfe affi; A, be, ce, de, e, efe, ge, aga, i, ca, elle, eme, ene, o, pe, qu, erre, effe, te, u, xis, ypsilon, ze, (...)*”), o que evidencia que os sinais flutuavam.

Tais considerações a respeito da vírgula e do sistema de pontuação em geral se mantêm praticamente as mesmas até a segunda metade do século XVIII (cf. Figueiredo, 1722; Argote, 1724; Feijó, 1734), quando já há indícios de uma mudança no sistema, isto é, a função sintático-semântica passará a ocupar o espaço da função prosódica, tornando-se a principal ou, por vezes, a única. Carmelo (1767) se distingue dos seus contemporâneos ao não fazer qualquer menção ao uso da vírgula para marcar pausas para respiração, apenas para “distinguir as partes da Oraçâm, e clareza do sentido”, tratando o sistema de pontuação como sendo apenas sintático-semântico. Além disso, entre as regras já apresentadas pelos seus antecessores, é notável que o autor também aponta que deve ser empregada a vírgula antes de “Orações conjuntivas”, como no exemplo “*Deos quer, que todos se salvem, e combêçam a verdade*”. O autor, com isso, é o primeiro a diferenciar o “relativo” *que* do complementizador *que*, este último antes omitido ou ignorado pelos demais autores.

No período do século XIX, como uma extensão à mudança que já se principiara em fins do século XVIII, parece haver uma mudança definitiva no tratamento que os gramáticos dão à pontuação e à escrita.

Barbosa (1822) apresenta definições e regras para a pontuação mais voltadas à estrutura das sentenças e do texto, e menos calcadas na leitura em voz alta, na oratória da tradição latina, enfatizando que a sintaxe é parte necessária na compreensão e na definição do sistema de pontuação da língua. Expõe regras de uso semelhantes às dos demais gramáticos, no entanto, aprofunda as suas descrições, sendo o único a mencionar o “discurso direto” e a descrever a sua estrutura de subordinação, com um “antecedente do período”, ou a oração que introduz o enunciado relatado, e o “seu consequente”, ou relato em si (“a fala de huma terceira pessoa”). A respeito das orações completivas, particularmente, propõe o oposto, afirmando que não se deve separá-las dos verbos que as regem, pois a oração completiva é um “objeto acusado” do verbo e, portanto, possui uma relação semântica que não deve ser quebrada (Exemplo: “*A mesma razão dicta que entre as palavras que se modificão, ou concordando humas com outras, ou regendo-se, não deve haver pontuação alguma.*”).

Com isso, fica claro que nas gramáticas e nos tratados de ortografia a mudança nas regras e no discurso sobre a pontuação e o uso da vírgula, particularmente, para o que se conhece nas gramáticas modernas do português teria ocorrido de fato apenas no início do século XIX, diferentemente do que se observa na escrita, que em meados do século XVIII já refletia os usos e as regras modernos, como será discutido mais adiante.

### 3.2. Sobre o discurso relatado

Pensando na suposição de que a vírgula era empregada na escrita no português clássico para delimitar discurso direto ou indireto, nesta seção serão descritas algumas noções sobre a teoria do discurso relatado, mais especificamente, os tipos de relato - direto e indireto - e os verbos chamados introdutores de discurso relatado.

Segundo Duarte (1999), ainda que diversos estudos linguísticos e a gramática tradicional afirmem que o discurso indireto é derivado do discurso direto por aplicação de regras morfossintáticas, tal concepção parece não ser muito exata, uma vez que existem determinadas construções de discurso direto que não podem ser transpostas em forma de discurso indireto - como mostram os exemplos em (2), abaixo -, o que evidencia que, apesar de ambos representarem formas de citação das palavras de alguém, constituem sistemas distintos e, portanto, possuem propriedades distintas.

(2) (a) Joana riu alto: “Que novidade!”

(b) \* Joana riu alto que que novidade!

O discurso direto, devido à sua estrutura, é uma forma mais heterogênea de relato que o discurso indireto. Ele se organiza com uma expressão introdutora de um relator e a citação da fala do locutor citado intermediado por uma “barreira gráfica”, marcada por vários sinais como aspas, travessão, itálico, entre outros. A expressão introdutora pode ser apresentada como uma oração separada ou interpolada, como nos exemplos em (3) e (4), respectivamente:

(3) **João da Lage, o amo, assomou, à porta da corte, e bradou:**

— Perdeste alguma rês?

- (4) Principiavam elas por a sua equipagem, que era uma carruagem com todos os cômodos possíveis, tendo dentro uma cantina com todos os objetos de cozinha e de serviço de mesa, e uma guarda-roupa com fato para toda a estação, porque, **dizia ele**, muitas vezes há frio em o verão e calor em o inverno, uma cabeleira de corte, um espadim e uma casaca de corte.

A forma do discurso indireto, ao contrário, é mais homogênea e restrita quanto aos tipos de estrutura e de verbos, configurando-se como um verbo *dicendi* ou de pensamento se seguido de uma conjunção subordinativa que introduz uma oração completiva, a qual representa o relato em si, como no exemplo (5), abaixo.

(5) **respondeu que, apenas dera pela falta do berço, caíra como morta,**

Já quanto aos tipos de verbos, estes caracterizam a “voz” que introduz e auxilia na composição textual/discursiva, marcando o modo como o discurso e a interação verbal entre os falantes ocorrem, fazendo a integração sintática do discurso relatado no interior do discurso que o relata e dando indícios sobre o tipo de ato representado (cf. Duarte, 2003). Com isso, apesar de não haver um consenso na literatura sobre a classificação de tais verbos, o critério que parece melhor descrevê-los é o semântico-pragmático, pois eles são um reflexo do que o locutor percebe da situação enunciativa, do próprio enunciado e da relação interativa entre o locutor e o seu ouvinte, e do grau de interação entre os dois. (cf. Duarte, 1999; 2003)

Entre o conjunto dos verbos introdutores, além dos verbos *dicendi* (“dizer”, “afirmar” etc.), que exprimem, mais especificamente, o ato de comunicar, existem também os de consciência (“pensar”, “imaginar” etc.), os de sentimento (“lamentar”, “desabafar” etc.), os de opinião (“crer”, “achar” etc.), os que não são verbos de comunicação no sentido estrito, mas que assumem tal valor em contextos de interlocução (“refutar”, “começar”, “continuar”, “parecer” etc.), e outros que indicam um enunciado dito e, ao mesmo tempo, o modaliza, acrescentando valores conotativos a ele (“mugir”, “gorjear” etc.).

#### 4. DISCUSSÃO

Primeiramente, a respeito das evidências que levaram a se pensar na hipótese de que a vírgula, no período do português clássico, possuía a função de introduzir discurso relatado, duas foram observadas nos dados analisados. A primeira, de que a maioria dos verbos eram do tipo *dicendi*, de pensamento, ou de opinião, tendo sido encontrados 64 verbos simples (Ex.: “crer”, “dizer”, “pedir”, “relatar”), e 7 locuções verbais (Ex.: “dar por novas”, “dar por resposta”, “fazer a saber”). A segunda foi o fato de que foram encontrados em sentenças com dois pontos antes de oração completiva verbal os mesmos tipos de construções, com os mesmos verbos declarativos. Isto é, nos mesmos tipos de contextos, os autores empregavam dois pontos, assim como vírgula, já que ambos possuíam a mesma função, como mostram os exemplos abaixo.

(6) **diz** o Espírito Santo: que o zelo é como o inferno.

(7) Disto se queixou ElRei, fazendo protestos, **dizendo**: “Que ficava pobre, e sem cousa, com que pudesse sustentar seu Estado”.

Outro ponto interessante, ainda a respeito dos dados com dois pontos, é que, em termos quantitativos, os valores de ocorrência se comportavam de forma semelhante aos dos dados com vírgula, a serem descritos mais adiante. Conforme mostra a tabela 1, abaixo, é claro o declínio no número de ocorrências no decorrer dos séculos, de 28 no século XVI para apenas 1 no século XIX. Tal resultado parece indicar que já nos séculos XVIII - com maior força na segunda metade, quando já nenhuma ocorrência é encontrada em nenhum dos dois textos desse período - e XIX os dois pontos, apesar de ainda servirem para introduzir discurso direto, passaram a não ser mais empregados antes de oração completiva, em construções de discurso indireto. Com isso, a mudança parece ter se dado mais na configuração da apresentação do discurso no texto escrito, com o uso de novos sinais para marcar diálogos e citações.

Textos/século	Nº de orações completivas verbais com dois pontos
XVI	28
XVII	8
XVIII	3
XIX	1

**Tabela 1** - número de ocorrência de dois pontos antes de oração completiva, por século.



Quanto aos dados com vírgula antes de oração completiva, particularmente, observou-se que, nos textos dos séculos XVI e XVII, as porcentagens de ocorrência variam em torno de 30% e 60%, porém nos períodos seguintes há uma queda progressiva, com 24,72% no século XVIII e apenas 6,97% no século XIX, como mostra a tabela 2.

Textos/século	Nº de orações completivas verbais com vírgula	Nº total de orações completivas	%
XVI	201	643	31,25
XVII	205	344	59,59
XVIII	130	526	24,71
XIX	18	258	6,97

**Tabela 2** - porcentagens de ocorrência de vírgula em comparação ao número total de sentenças com oração completiva, com e sem vírgula por século.

Tal declínio no número de ocorrências encontradas nos textos sugere que a partir do século XVIII o emprego de vírgula nesse tipo de contexto se tornou mais raro, enquanto antes havia variação nos textos.

Além disso, em termos qualitativos, observou-se que os padrões de construção passaram a ser diferentes, com a vírgula passando a marcar outro tipo de relação nas sentenças. Ou seja, no geral, nos textos quinhentistas e seiscentistas havia uma predominância de ocorrências com o verbo contíguo à oração completiva ou com sujeito posposto ao verbo, como nos exemplos (8) e (9). Nos textos setecentistas e oitocentistas, no entanto, o que predominava, à exceção do texto de Aires (1705) - devido, acredita-se, ao seu estilo de escrita ser mais semelhante ao barroco, do século XVII -, eram ocorrências com vocativos, orações parentéticas e relativas, os quais, segundo a norma gramatical, devem necessariamente ser isolados por pontuação, como nos exemplos (10) - (12). Tal distinção parece evidenciar, mais uma vez, que, a partir do século XVIII, a vírgula teria perdido a função de introduzir discurso relatado, passando a delimitar, quando presente, outros tipos de construções.

(8) quem **duvida**, que o ciume do Odio seja mais cruel, que o do Amor.

(9) e **dizem** algumas pessoas, que parira uma filha;

(10) **Tomara** eu, meu querido Pai, que Vossa Excelência presidissem a esta festança, a qual fazemos tenção de que termine com uma pequena recapitulação dos princípios da música, de que dá conta outra rapariga bastantemente viva, mas não tanto como a de que falei.

(11) O menino **diz** o Eduardo, que cá esteve ontem, que está bom, bom, bom que não pode ser melhor.

(12) Este cavalheiro **acreditou**, durante a maior parte de a sua vida, que era primo corirmão de meu Pai, quando efetivamente não tinha com ele parentesco.

Outra diferença observada nos dados dos textos dos séculos XVIII e XIX que parece evidenciar a mudança no emprego de vírgula é que os casos nos quais o verbo está contíguo à oração completiva ou seguido por complemento ou sujeito parecem ser ambíguos. Ou seja, como mostram os exemplos abaixo, a depender de como se lê a sentença, a oração completiva pode ser interpretada (a) como complemento do verbo que a rege imediatamente, ou (b) como complemento do verbo da oração anterior, oração adverbial, ou oração relativa regida pelo nome da oração anterior. Considerando a segunda leitura, a oração em que o verbo regente está presente seria uma oração incisa ou parentética que poderia ser omitida sem causar interferência na gramaticalidade da sentença e, portanto, a vírgula não necessariamente teria sido empregada no contexto entre o verbo e a oração completiva.

(13) (a) por efeito do qual, **dizem** muitos, se fará estimar de toda a gente.

(b) por **efeito** do qual [, dizem muitos,] se fará estimar de toda a gente.

(14) (a) Por mais doído ou por mais aplicado que este músico fosse na sua arte, quem duvida, continua a **dizer** o senhor Charpentier, que em se vendo trespassado duma espada não largasse a lira com toda a diligência, empregando se na de fugir, ou na de se defender antes que na de tocar a mesma lira?

(b) Por mais doído ou por mais aplicado que este músico fosse na sua arte, quem **duvida** [, continua a dizer o senhor Charpentier,] que em se vendo trespassado duma espada não largasse a lira com toda a diligência, empregando se na de fugir, ou na de se defender antes que na de tocar a mesma lira?

(15) (a) Principiavam elas por a sua equipagem, que era uma carruagem com todos os cômodos possíveis, tendo dentro uma cantina com todos os objetos de cozinha e de serviço de mesa, e uma guarda-roupa com fato para toda a estação, porque, **dizia** ele, muitas vezes há frio em o verão e calor em o inverno (...).

(b) Principiavam elas por a sua equipagem, que era uma carruagem com todos os cômodos possíveis, tendo dentro uma cantina com todos os objetos de cozinha e de serviço de mesa, e uma guarda-roupa com fato para toda a estação, *porque* [, dizia ele,] muitas vezes há frio em o verão e calor em o inverno (...).

A respeito desses resultados, é interessante apontar que eles sugerem que a mudança no modo de empregar a vírgula teria se dado já no início do século XVIII, antes do que atestam as gramáticas da época, nas quais só se observa de fato uma mudança nas regras no século XIX. Com isso, o uso da pontuação como um recurso retórico, para marcar não somente uma pausa para respiração, mas também que a seguir viria um relato ou uma fala, caiu em desuso e passou a ser mais um recurso tipográfico. Como afirma Nina Catach (1996), nos séculos XIX e XX ocorreu “a passagem de uma cultura da voz e da orelha para uma cultura do olhar”<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Tradução minha.

Além disso, apesar de haver construções de discurso direto ou indireto, introduzidos por vírgula ou dois pontos, com bastante frequência nos textos literários desde o século XVI, é notável que nenhuma gramática faz qualquer referência a essa outra função dos sinais na escrita. Mesmo os dois pontos são sempre apresentados como introdutores somente de citação. Será apenas nas gramáticas e nos tratados oitocentistas que se observa alguma menção, com a emergência de sinais como o travessão (cf. Gonçalves, 2003).<sup>8</sup> Desse modo, parece plausível pensar que, além dos sinais de pontuação, também ocorreu uma diferenciação entre os tipos de discurso relatado, sendo o discurso indireto marcado pela estrutura de verbo seguido de oração completiva, e o discurso direto introduzido e delimitado por dois pontos e travessão ou aspas.

Já quanto aos dados sem vírgula antes de oração completiva, comparativamente, notou-se que em todos os textos, de todos os períodos, o número de ocorrências com o verbo contíguo à oração completiva é bastante superior em relação aos demais contextos, o que levou a se pensar que o emprego ou não de vírgula seria favorecido a depender da presença ou não de um elemento interpolado entre o verbo e a oração completiva.

Nos textos *A vida de Frei Bertolamenu do Mártires*, de Luis de Sousa (1556), *Sermões*, de Antônio Vieira (1608), *Cartas*, de Marquesa de Alorna (1750), *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*, de Marquês de Fronteira e Alorna (1802) e *Maria Moisés*, de Camilo Castelo Branco (1826), foram encontradas algumas ocorrências com oração adverbial ou adjunto (em itálico), isoladas por duas vírgulas, entre o complementizador *que* e a oração subordinada, como em (16) - (19), abaixo.

- (16) e **afirmava** se que, no que tocava a sua pessoa e casa, lha tinha de secreto sojeita
- (17) antes lhe lembrava que **instasse** a Deus Nosso Senhor com apertadas orações que, pois lhe livrara o pé da queda, lho livrasse também da Braga com que o mundo o ameaçava, que a tinha por pior género de queda e por maior perigo.
- (18) **respondeu** que, apenas dera pela falta do berço, caíra como morta,
- (19) e **creia** Vossa Excelência que, quando me lembra o que remeto e o que Vossa Excelência necessita, se põe na maior prova a minha sensibilidade.

<sup>8</sup> Apesar disso, nos textos analisados aqui, encontrou-se algum uso de travessão na segunda metade do século XVI, no texto *A Vida de Frei Bertolameu do Mártires*, de Luis de Sousa (1556), no trecho "(...) na verdade, os prelados maiores são eminentemente abades e curas e até sacristães de cada igreja, e não devem cuidar que cumprem bastantemente em cousa de tanta importância com dizer: - Li o, encomendei o ao cura.". Porém, é notável que a estrutura é a mesma da de discurso indireto (verbo + oração completiva) e não a de discurso direto, como se vê a partir do século XVIII, com a separação da oração principal com o verbo discursivo e os dois pontos em uma linha e o enunciado relatado introduzido por travessão na linha abaixo.

Sobre esses dados, parece certo afirmar que a presença de oração adverbial ou adjunto depois de *que* não favoreceria a colocação de vírgula antes da oração completiva, pois ela seria bloqueada devido a uma questão de natureza prosódica, e não tanto sintática, sendo desagradável a marcação de duas pausas seguidas, antes e depois de *que*.

Ademais, também foram atestadas construções em que o verbo regente ou é precedido por adjunto, oração relativa, oração adverbial, ou oração gerundiva, ou está contido em uma oração relativa, uma oração adverbial, uma oração gerundiva ou uma oração coordenada, como em (20) - (23) abaixo.

- (20) e, sem crer em pressentimentos, **confesso** que logo me lembrou o mano.
- (21) O Cardeal de Estoureville em 1452, fazendo vários regimentos para a mesma Universidade por mandado de Carlos VII, **ordenou** que os Estudantes, e Bacharéis fossem examinados pela Metafísica, e Moral de Aristóteles.
- (22) E o general Martim Afonso de Melo mandou aviso a Manoel da Silva Mascarenhas capitão-mor da Vila de Mourão, **advertindo-lhe** que era necessário colher um castelhano, para saber dele o número da gente, e o lugar, a donde havia de ser o assalto:
- (23) Toma por fundamento aquella prophesia de São Paulo, em que **diz** que a Igreja ha-de crescer, segundo a medida da idade de Christo:

Assim como nos exemplos acima, com um elemento posposto ao complementizador *que*, a colocação de vírgula antes da oração completiva seria bloqueada para evitar que o verbo ficasse isolado entre duas pausas.

É significativa a análise de tais dados, uma vez que eles parecem esclarecer que, embora à primeira vista pareça ser arbitrária, a variação no emprego ou não de vírgula poderia ser motivada por razões de ordem sintático-semântica ou prosódica, a depender se há ou não algum elemento interpolado, como mencionado anteriormente. Isto é, quando há expressões como oração parentética ou vocativo, que possuem um caráter semântico de conter informações novas ou adicionais, a presença da vírgula seria categórica, devendo as orações serem isoladas. E quando há adjunto, oração adverbial, relativa, ou gerundiva que precede o verbo regente ou o contém, o emprego da vírgula seria bloqueado, pois não poderiam ser marcadas duas pausas seguidas. Esse segundo caso parece tratar de um aspecto do que os gramáticos antigos denominavam de “pontuação prosódica”.

Além disso, outro ponto interessante observado neste estudo foi o de que a mudança no modo de empregar a vírgula na escrita do português, a partir do século XVIII, parece ter sido influenciada também pela literatura e pelas gramáticas francesas, que no mesmo período também estavam em processo de mudança, e não pela mudança nas gramáticas portuguesas, nas quais se observa a mudança apenas mais tarde, no século XIX, como já mencionado. Ou seja, no século XVIII, a entrada da cultura francesa teria influenciado não somente a política, mas também a literatura e a educação portuguesas.

De acordo com Catach (1994), foi apenas no século XVIII que os gramáticos e ortografistas franceses passaram a dar atenção aos problemas da pontuação e da sintaxe. A representação de construções de subordinação, de orações completivas, e de orações relativas restritivas e explicativas foi um problema para os gramáticos desde o século XVI e somente no século XVIII passaram a compreender melhor a relação entre a pontuação e a sintaxe e, conseqüentemente, tais problemas, o que teria levado a uma mudança nos conceitos sobre a pontuação e as regras de uso dos sinais, e se tornado mais semelhante ao que se observa na língua moderna.

Tal concepção fica bastante clara, por exemplo, no artigo de Nicolas Beauzée, intitulado *Ponctuation* (1765), escrito para a *Encyclopédie*, de Denis Diderot. Inovador, Beauzée, além de propor uma nova definição para a pontuação, conforme mostra o trecho abaixo,

“La choix des punctuations dépend de la proportion qu’il convient d’établir dans les pauses; et cette proportion depend de la combinaison de trois principes fondamentaux: 1° Le besoin de respirer; 2° La distribution des sens partiels qui constituent le discours; 3° La différence de degrés de subordination qui conviennent à chacun de ces sens partiels dans l’ensemble du discours.” (apud. CATACH, 1994:37)

foi o primeiro a apresentar uma regra para uma das questões mais debatidas entre os gramáticos da época: a diferenciação e a pontuação das orações relativas restritivas (ou determinativas) e as orações relativas explicativas (ou não-determinativas):

“Il faut mettre entre deux virgules toute proposition incidente purement explicative; et écrire de suite, sans virgules, toute proposition incidente déterminative” (*Grammaire*, II, 597, 6e règle).

Assim, parece plausível pensar que essas inovações na gramática e na escrita do francês tenham entrado em Portugal - assim como em outras regiões da Europa -, e modificado o modo de entender e utilizar o sistema de pontuação do português, entre outros elementos da sua gramática. Os gramáticos portugueses, ainda que já apresentassem algumas mudanças conceituais na segunda metade do século XVIII, como na gramática de Monte Carmelo (1767), irão incorporar os ideais da gramática filosófica e as novas regras apenas mais tardiamente.

## 5. CONCLUSÃO

Inicialmente, ao contrário do que se pensou à primeira vista com a análise dos dados, observou-se que o emprego de vírgula antes de oração completiva por parte dos autores no período clássico não era aleatório e nem equivocado. Apesar de ser desconhecido ou ignorado pela norma da época, a vírgula desempenhava um papel diferenciado, além dos conhecidos nas gramáticas até os dias de hoje, de delimitar e introduzir relato ou citação em construção de discurso indireto, evidenciado pela ocorrência nos textos dos mesmos tipos de construções com dois pontos, que já eram descritos do mesmo modo. Tal uso, porém, parece ter começado a cair em desuso na primeira metade do século XVIII, com a mudança no sistema de pontuação, passando a ser menos baseado na retórica de influência latina, perdendo-se por completo no português moderno.

Ademais, também, buscou-se, neste estudo, tentar compreender as motivações por trás da variação no uso não-convencional da vírgula nos textos, especialmente dos séculos XVI e XVII. Ainda que não sejam resultados categóricos, necessitando de uma análise mais aprofundada, observou-se que, na maior parte, não há nenhum elemento entre ambos enquanto que, nos dados com vírgula, tais tipos de construção representam um grupo minoritário. Ou seja, aparentemente, o que ocorre é que a presença de um elemento interpolado favoreceria a colocação de vírgula antes da oração completiva. Tal observação também joga alguma luz sobre a noção de “pontuação prosódica”, tão em voga no discurso dos gramáticos até meados do século XVIII, de que se trataria da leitura em voz alta e, portanto, os sinais de pontuação teriam suas funções determinadas mais com base na compreensão oral dos elementos das sentenças e não tanto na relação em si entre os tipos de elementos e a organização interna deles na sentença.

Por fim, é importante apontar que este ainda é um estudo em andamento, isto é, que deve ser aprofundado em algumas análises, especialmente no que diz respeito à relação da pontuação com a prosódia, e da mudança no sistema de pontuação com a mudança na sintaxe do português, que também teria ocorrido no século XVIII (cf. Britto, Galves e Paixão de Sousa (2005)).

---

## BIBLIOGRAFIA

- ARGOTE, Jeronimo (1724). *Contador de. Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Lisboa: Oficina da Musica. (purl.pt/10)
- BARBOSA, Jeronimo Soares. (1822). *Grammatica philosophica da lingua portugueza; ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias. (purl.pt/128)
- BARRETO, João Franco. (1671). *Ortografia da lingua portugueza*. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa. (purl.pt/18)
- BARROS, João de. (1971). *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. (ed. M.L.C. Buescu) Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. ([www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/b\\_002](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/b_002))
- CATACH, Nina. (1994). *La Ponctuation. (Que sais-je? n°2818)* Paris: Presses Universitaires de France.
- DUARTE, Isabel Margarida. (1999). *O relato de discurso na ficção narrativa: contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*. (Tese de doutorado) Porto: Faculdade de Letras - Universidade do Porto. 1999.
- DUARTE, Isabel Margarida. (2003). *O relato de discurso na Crónica de D. João I (I parte) de Fernão Lopes*. In: “Língua portuguesa: estruturas, usos e contrastes”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FEIJÓ, João de Moraes Madureira. (1734). *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues. (purl.pt/ 13)

- FERREIRA, José de Azevedo. (2001). *La ponctuation dans les textes médiévaux*. In: HEAD, Brian F.; MARQUES, Maria Aldina; SAMPAIO, Aida. (orgs.) «Estudos de história da língua portuguesa: obra dispersa.» Minho: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos.
- FIGUEIREDO, Manoel de Andrade. (1722). *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar*. Lisboa: Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho. (purl.pt/107)
- GALVES, Charlotte, BRITTO, Helena & PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. (2005). *The Change in clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus*. In: “Journal of Portuguese Linguistics, Vol. 4, nº 1, Special Issue on variation and change in the Iberian languages: the Peninsula and beyond”.
- GÂNDAVO, Pero Magalhães de. (1574). *Regras que ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua*. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez. (purl.pt/ 12144)
- MACHADO FILHO, Américo V. L. (2004). *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: EDUFBA.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1992). *O que nos diz sobre a sintaxe a pontuação de manuscritos medievais portugueses*. In: “REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 44. Boletim 14 da Associação Brasileira de Lingüística.” São Paulo: ABRALIN.
- MONTE CARMELO, Luís de. (1767). *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras, para que em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a recta pronunciaçam, e accentos proprios, da Lingua*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo. (purl.pt/9)
- PARKES, Malcolm Beckwith. (1992). *Pause and effect - an introduction to the history of punctuation in the West*. Aldershot: Scolar Press.
- VERA, Alvaro Ferreira. (1631). *Orthographia, ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*. Lisboa: Mathias Rodriguez. (purl.pt/45)
- YANO, Cynthia Tomoe. (2013). *Um estudo sobre o emprego de vírgula antes de oração completiva no português europeu clássico: sintaxe, discurso e gramática normativa*. (Dissertação de Mestrado) Campinas: Universidade Estadual de Campinas.